



Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Agência Brasileira de Inteligência

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00091.001578/2019-20

TERMO DE REFERÊNCIA**1. DO OBJETO**

1.1. Registro de preços para eventual aquisição de fragmentadoras de papéis para atender a Sede da ABIN, em Brasília/DF, e Superintendências Estaduais conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes, estabelecidas na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	ÓRGÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)
1	Fragmentadora de Papéis: Detalhamento: Fragmentadora de papel, nível de segurança P5 ou superior (Norma DIN 66.399), corte em micropartículas tipo confete, no máximo 2x15mm. Capacidade de corte mínima de 10 folhas simultâneas de papel A4 (75g/m²) ou 1 cartão de crédito ou 1 CD/DVD. Cesto com capacidade mínima de 25 litros. Com fonte de energia interna ao equipamento. Sensor automático de presença de papel. Chave Liga/Desliga e Botão de Avanço e Retrocesso. Sensor de presença do cesto (sem o cesto, não funciona). Proteção contra sobrecarga com Função Auto-reverso (excesso de papel faz a máquina parar e retroceder). Abertura de entrada: 240mm. Capacidade de Fragmentar no mínimo 1.800 folhas por hora. Equipada com rodízio, para fácil locomoção. Projetada para uso departamental, com mecanismo fabricado em aço. LED indicador de cesto cheio, porta aberta, liga/desliga. Potência do motor mínima de 600 W. Nível de ruído abaixo de 65 Db. Engrenagens internas e lâminas em aço. Dimensões máximas de 410mm X 315mm X 750 mm (LxPxA). Cor: Branca ou Preta Voltagem: Conforme item 1.4 Referências: Procalc ES9520, Security CF1317, Swingline DM 12-13, Dahle 40322	449968	Unidade	ABIN (110120)	106	4.841,00	513.146,00
				HOSPITAL MILITAR (160143)	5	4.841,00	24.205,00
				DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (160076)	7	4.841,00	33.887,00
VALOR TOTAL ABIN							R\$ 513.146,00
VALOR TOTAL HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE CAMPO GRANDE –UASG 160143							R\$ 24.205,00
VALOR TOTAL DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - UASG 160076							R\$ 33.887,00

TOTAL ESTIMADO DO ITEM	R\$ 571.238,00
-------------------------------	-----------------------

1.2. Estimativas por item e local de entrega:

Fração	Quantidade Por Item
	Item 1
Sede (Brasília)	64
Departamento de Ciência e Tecnologia – Comando do Exército (Brasília)	7
Superintendência Estadual Acre	1
Superintendência Estadual Amazonas	3
Superintendência Estadual Ceará	4
Superintendência Estadual Espírito Santo	1
Superintendência Estadual Goiás	2
Superintendência Estadual Maranhão	2
Superintendência Estadual Mato Grosso	2
Superintendência Estadual Mato Grosso do Sul	1
Hospital Militar de Área de Campo Grande – Comando do Exército	5
Superintendência Estadual Pará	3
Superintendência Estadual Paraíba	2
Superintendência Estadual Pernambuco	4
Superintendência Estadual Paraná	4
Superintendência Estadual Rio de Janeiro	4
Superintendência Estadual Rio Grande do Sul	4
Superintendência Estadual Sergipe	1
Superintendência Estadual São Paulo	2
Unidade em Foz do Iguaçu - Paraná	2
Total	123

1.3. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão e entidades participantes:

Órgão Gerenciador: Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	Fragmentadora de Papéis (vide especificações item 1.1)	Unidade	10	106	106

Órgão Participante: HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE CAMPO GRANDE – COMANDO DO EXÉRCITO

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	Fragmentadora de Papéis (vide especificações item 1.1)	Unidade	2	5	5

Órgão Participante: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – COMANDO DO EXÉRCITO

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	Fragmentadora de Papéis (vide especificações item 1.1)	Unidade	4	7	7

1.4. Os itens deverão ser entregues nas seguintes voltagens:

- Brasília/DF: 220v ou bivolt
- Rio Branco/AC: 110v ou bivolt
- Manaus/AM: 110v ou bivolt
- Fortaleza/CE: 220v ou bivolt
- Vitória/ES: 110v ou bivolt
- Goiânia/GO: 220v ou bivolt
- São Luís/MA: 220v ou bivolt
- Cuiabá/MT: 220v ou bivolt
- Campo Grande/MS: 110v ou bivolt
- Belém/PA: 110v ou bivolt
- João Pessoa/PB: 220v ou bivolt
- Recife/PE: 110v ou bivolt
- Curitiba/PR: 110v ou bivolt
- Foz do Iguaçu/PR: 110v ou bivolt
- Rio de Janeiro/RJ: 110v ou bivolt
- Porto Alegre/RS: 110v ou bivolt

q) Aracaju/SE: 110v ou bivolt

r) São Paulo/SP: 110v ou bivolt

1.5. O valor global estimado para a aquisição é de **R\$ 571.238,00** (quinhentos e setenta e um mil, duzentos e trinta e oito reais); sendo R\$ 513.146,00 (quinhentos e treze mil, cento e quarenta e seis reais) para **ABIN**; R\$ 24.205,00 (vinte e quatro mil, duzentos e cinco reais) para o **HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE CAMPO GRANDE** e R\$ 33.887,00 (trinta e três mil, oitocentos e oitenta e sete reais) para o **DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias contados do(a) recebimento da Nota de Empenho prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.7. Não será estabelecida cota reservada para participação de ME/EPP/COOP pois o tratamento diferenciado representa prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado bem como pode não ser vantajoso para a Administração, em virtude de a aquisição prever vários locais de entrega geograficamente dispersos, de forma que a distribuição de poucas unidades em locais distantes é compensada pela entrega de unidades em grandes centros.

1.7.1. Também foi considerada a necessidade de padronização dos equipamentos, obtida através da menor diversificação de fornecedores, bem como controle da garantia e desempenho dos itens de forma mais direta e ágil.

1.8. A garantia mínima dos objetos deverá ser de 12 (doze) meses ou a assegurada pelo fabricante, se maior, a contar do recebimento definitivo do objeto.

1.9. A garantia deverá abranger defeitos de fabricação e desgastes prematuros não decorrentes de uso normal tais como: oxidação do aço, queima dos circuitos internos/placas, quebras em geral, mal funcionamento dos componentes eletrônicos, etc.

1.10. As fragmentadoras deverão ser entregues em suas embalagens originais, devidamente acondicionadas e protegidas contra impactos, arranhões e sujeira.

1.11. As fragmentadoras deverão ser entregues montadas.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição dos equipamentos busca iniciar o processo de renovação do padrão atualmente existente no órgão. Observa-se grande quantidade de bens desse tipo adquiridos há mais de 10 anos, apresentando desgaste acentuado inerente ao uso. A renovação busca oferecer melhores condições de trabalho aos servidore/s e promover a manutenção dos níveis de segurança exigidos na gestão documental da ABIN.

2.2. As quantidades foram determinadas visando à substituição parcial das mais antigas ou em pior estado de conservação, bem como as demandas encaminhadas pelas Superintendências Estaduais na Matriz de Necessidade e ainda de acordo com manifestação formal de necessidade em resposta ao Departamento de Administração e Logística.

2.3. Para se estabelecer a descrição detalhada do item foi realizado um estudo de mercado dos produtos, no mínimo de três marcas para cada item que se pretende adquirir. Nesta pesquisa foram observadas: nível de segurança, rendimento e dimensões. Nesse contexto, informa-se que a especificação de cada item preservou o princípio da ampla concorrência, sendo necessária e suficiente para garantir a qualidade na contratação.

2.4. Norma DIN 66399 estabelece requisitos de destruição de documentos ou de mídias, visando proteger as empresas, instituições e pessoas contra espionagem e coleta não autorizada de informações confidenciais. A espionagem existe há milênios e o lixo é uma fonte extraordinária de informações das quais milhões de espões se valem no mundo inteiro.

2.5. Para papéis, o nível de segurança P-5 tritura os documentos em partículas em tamanhos não superiores a 30mm², impedindo a reconstrução de documentos destruídos, ao contrário dos papéis triturados em “tiras”, inerentes aos níveis de segurança P-1 e P-2. Trata-se de solução com bom custo benefício e variedade de opções no mercado, ao contrário daqueles equipamentos dotados de maior segurança (níveis P-6 e P-7).

2.6. Adotar-se-á o Sistema de Registro de Preços com base no Inciso II do Art. 3º, Decreto 7.892/13 para a presente contratação em razão de não haver possibilidade de estocagem total do material a ser adquirido, optando assim por entregas parceladas conforme a demanda do órgão.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. O bem é comum, pois seus padrões de qualidade foram objetivamente definidos neste termo de referência, por meio de especificações usuais no mercado.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única, nos seguintes endereços:

Fração	Endereço
Sede	Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1 Brasília/DF - CEP 71.060-022, Tel: (61) 3445-8314, (61) 3445-8004
Departamento de Ciência e Tecnologia – Comando do Exército (Brasília)	Avenida do Exército, s/nº, SMU, QGEX Brasília/DF - CEP 70.630-901, Tel: (61) 3415-4708
Superintendência Estadual Acre	Rua Milton Matos, 770, Bairro Bosque Rio Branco/AC - CEP: 69909-430, Tel: (68) 3224-0472

Fração	Endereço
Superintendência Estadual Amazonas	Avenida do Turismo, 1350, Complexo do SIPAM, Tarumã Manaus/AM - CEP 69049-010, Telefone (92) 3621-4800
Superintendência Estadual Ceará	Rua Oswaldo Cruz, 1, Ed. Beira Mar Trade Center, Meireles Fortaleza/CE - CEP 60125-150, Tel: (85) 4009-3900
Superintendência Estadual Espírito Santo	Rua Piertrangelo de Biase, 56, sala 601, Centro Vitória/ES - CEP: 29010-190, Tel: (27) 3222-4099/3223-8148
Superintendência Estadual Goiás	Rua 132, 666, Setor Sul Goiânia/GO - CEP: 74093-210, Tel:(62) 3238-9000
Superintendência Estadual Maranhão	Avenida dos Holandeses, 14 - Ed. Century Multiempresarial, 12º Andar, sala 1.201/1.209, Calhau São Luis/MA - CEP: 65075-650, Tel: (98) 3232-4878
Superintendência Estadual Mato Grosso	Avenida Miguel Sutil, esquina com a Rua J. Márcio, 2625, 18º andar, Jardim Primavera Cuiabá/MT - CEP: 78025-000, Tel: (65) 3623-0343
Superintendência Estadual Mato Grosso do Sul	Avenida Afonso Pena, 4496, Ed. Class Tower, 14º andar, Jardim dos Estados Campo Grande/MS - CEP 79020-001, Tel: (67) 2106-2600
Hospital Militar de Área de Campo Grande – Comando do Exército	Hospital Militar de Área de Campo Grande, Avenida Duque de Caxias, 474, Amambai Campo Grande/MS – CEP 79.100-400, Tel: (67) 3368-4023
Superintendência Estadual Pará	Avenida Serzedelo Correa, 805, 1º andar, Ed. Urbe Office, Terrace, Batista Campos Belém/PA - CEP 66033-770, Tel: (91) 3242-1928
Superintendência Estadual Paraíba	Rua Severino Massa Spinelli, 167, Tambaú João Pessoa/PB - CEP 58039-210, Tel: (83) 3221-4363
Superintendência Estadual Pernambuco	Rua Cônego Barata, 999, Ed. DNOCS, Tamarineira Recife/PE - CEP 52110-120, Tel: (81) 4009-4900
Superintendência Estadual Paraná	Rua XV de Novembro, 270, Edifício Minas Gerais, 10º andar, Centro Curitiba/PR - CEP:80020-920, Tel:(41) 2105-3100
Unidade em Foz do Iguaçu	Av. República Argentina, 3370, Sala 07, Jardim Panorama Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85856-578, Tel: (41) 2105-3100
Superintendência Estadual Rio de Janeiro	Avenida República do Chile, 230, 16º andar, Emp. Castelo Branco, Centro Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20031-170 , Tel: (21) 4009-9400
Superintendência Estadual Rio Grande do Sul	Avenida Paraná, 991, 4º andar, Navegantes Porto Alegre/RS - CEP 90240-600, Tel: (51) 2104-8300
Superintendência Estadual Sergipe	Travessa Baltazar Góes, 86, Centro – Ed. Estado de Sergipe Aracaju/SE - CEP 49010-500, Tel: (79) 3214-2316

Fração	Endereço
Superintendência Estadual São Paulo	Avenida Prestes Maia, 773, Ed. Ministério da Fazenda, 20º andar, Luz São Paulo/SP - CEP 01031-001, Tel: (11) 2173-7900

4.2. O horário estabelecido para entrega na ABIN e no Departamento de Ciência e Tecnologia – Comando do Exército é compreendido das 9h às 12h e 14h às 17h e no Hospital Militar de Área de Campo Grande – Comando do Exército é de 8h às 11h, considerando o horário local

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.1.1. o objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e

encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	$I = (6 / 100)$ 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	------------------------	------------------------------------------------------

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajustes após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação de índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

- 11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.
12. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 12.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 12.1.5. cometer fraude fiscal;
- 12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 12.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 12.2.2. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 12.2.3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 12.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 12.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 12.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 12.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 12.1 deste Termo de Referência.
- 12.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 12.3. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.5, 12.2.6 e 12.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 12.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 12.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 12.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 12.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 12.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 12.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de dez dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 12.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 12.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 12.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 12.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Brasília, 31 de outubro de 2019

Referência: Processo nº 00091.001578/2019-20

SEI nº 0055425

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -